

SUS: o último suspiro

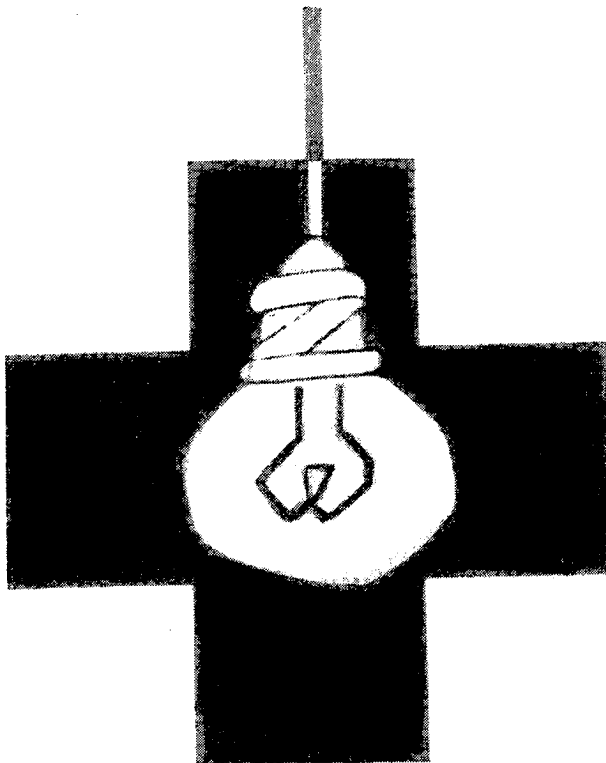
Mansur José Mansur

A Federação Brasileira de Hospitais (FBH) está recomendando aos hospitais privados não-filantrópicos que se desliguem do SUS. A decisão, comunicada ao ministro Adib Jatene, é fruto de longa maturação. Ela só foi tomada depois de esgotadas as tentativas de acordo entre representantes do setor e governo federal.

É importante destacar que o descrédito do SUS está longe de constituir represália ao ministro Jatene. Muito ao contrário, ele tem por objetivo lançar mais um alerta, tanto para o Ministério da Fazenda quanto para o governo federal como um todo, de que a saúde tem de ser prioridade num país com as carências e com os milhões de desassistidos do Brasil.

O desespero dos profissionais do setor é, com toda a certeza, o mesmo do ministro. É quase inacreditável que a tentativa de obter recursos para a saúde seja encarada como algo incômodo ou sem propósito. É, contudo, o que vem ocorrendo em relação à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A contribuição, que está longe de representar a salvação do setor, é a única luz que ainda se divisa no fim do túnel. Sem ela, não há como prestar uma assistência médico-hospitalar digna no país.

A situação enfrentada pelos estabelecimentos de saúde é o retrato fiel do quadro de decadência instaurado. Há cinco anos, o setor privado era responsável por 66% das internações do SUS. Atualmente, essa participação é de 37%. Isso não é tudo. No que se refere ao atendimento ambulatorial (consultas, não confundir com internações), a redu-



ção é ainda mais significativa: houve queda de 70%, em 1990, para 20% ao final de 1995. Os outros 80% de atendimento ambulatorial ficam, naturalmente, a cargo de hospitais universitários e estatais.

Sabe-se que o Estado não tem como dar conta da plenitude do atendimento médico-hospitalar. Mais que isso: sabe-se que, com poucas exceções, os hospitais municipais, estaduais e federais não oferecem atendimento condigno e de qualidade à população. Não há como ignorar, portanto, o papel que o setor privado tem a desempenhar como aliado do Estado também no setor de saúde.

Infelizmente, o governo federal parece não ter despertado para a relevância da questão. Não é por outro motivo que muitos prestadores de serviços enfrentam, há algum tempo, franca insolvência. Isso se reflete em redução de com-

pras e impossibilidade de investir na manutenção ou reforma de equipamentos. Como resultado, reduz-se o número de leitos oferecidos, fecham-se enfermarias e, evidentemente, compromete-se a qualidade dos serviços prestados.

Isso não é tudo. Enfrentamos dificuldades como suspensão da entrega de medicamentos pelos fornecedores e migração de doentes de um município a outro, causando inchaço em diversas localidades. A situação coloca em xeque mais de 2,8 mil hospitais particulares e cerca de 45 mil estabelecimentos de serviços de saúde, além dos empregos de mais de dois milhões de trabalhadores.

A origem das dificuldades está no endividamento crescente do setor, fruto da inadimplência do governo federal. Esta dívida remonta, atualmente, a três faturamentos mensais, que resultam do não pagamento do acréscimo de 25% prometido pelo governo sobre as tabelas de procedimento desde novembro último e do não pagamento integral de janeiro e fevereiro.

Não é difícil entender por que se recomenda abandonar o SUS. A esperança é que, diante do quadro dramático, o governo se comprometa efetivamente a viabilizar uma saída para a saúde. O presidente Fernando Henrique afirmou, recentemente, que, se o CPMF não for aprovado, a saúde quebra. No momento, a contribuição é, sem dúvida, a única luz no fim do túnel. Mas é preciso chegar até lá. É como ainda poderemos evitar o colapso da saúde no país.

Mansur José Mansur é presidente da Federação Brasileira de Hospitais